



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Senhores Acionistas,
A Administração da Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.
Rio de Janeiro, 25 de março de 2013.
A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/12	31/12/11	PASSIVO CIRCULANTE	Notas	31/12/12	31/12/11
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.378	3.727	Fornecedores	8	5.852	7.484
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	4.028	3.915	Empréstimos e financiamentos	9	10.022	10.125
Títulos e valores mobiliários	-	-	283	Taxas regulatamentares	-	11	5
Impostos e contribuições a recuperar	5	140	795	Impostos e contribuições a recolher	10	1.049	1.361
Despesas pagas antecipadamente	-	215	236	Dividendos e juros sobre capital próprio	-	1.890	-
Outros ativos circulantes	-	400	390	Provisões	-	21	34
				Outros passivos circulantes	-	13	18
				TOTAL DO CIRCULANTE		18.858	19.027
TOTAL DO CIRCULANTE		11.161	9.346	NÃO CIRCULANTE			
NÃO CIRCULANTE				Empréstimos e financiamentos	9	94.501	104.400
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	1.248	Provisões	11	7.765	-
Depósitos judiciais	6	6.021	4.342	Partes relacionadas	16	2.127	2.877
Imobilizado	7	301.469	297.438	Outros passivos não circulantes	-	12	-
Intangível	-	3	5	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		104.405	107.277
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		307.493	303.033	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
TOTAL DO ATIVO		318.654	312.379	Capital social	-	189.196	188.446
				Reservas de lucro	-	523	-
				Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	5.672	-
				Lucro/Prejuízo acumulado	-	-	(2.371)
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		195.391	186.075
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		318.654	312.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. ("GOIÁS SUL") é uma sociedade de propósito específica (SPE) e foi constituída em 17 de janeiro de 2006 como uma companhia de capital fechado. A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás.

A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). A energia assegurada total é de 29,47 MW médios, sendo 17,09 MW médios para Goiandira e 12,37 MW médios para Nova Aurora.

Usina	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão	Data do Vencimento
PCH GOIANDIRA	Hidroelétrica	Rio Veríssimo - GO	27	18/12/2002	17/12/2032
PCH NOVA AURORA	Hidroelétrica	Rio Veríssimo - GO	21	18/2/2004	17/4/2034

As obras para a implantação das PCHs iniciaram em Julho de 2007. A PCH Goiandira começou a operar em novembro e dezembro de 2010, 1º e 2º máquinas respectivamente. A PCH Nova Aurora iniciou a operação de sua primeira máquina janeiro de 2011. Sua segunda máquina entrou em operação em abril de 2011. O investimento total foi de R\$ 246 milhões que foram financiados com 61% de recursos de terceiros e 39% de recursos próprios. O prazo de concessão das duas usinas é de 30 anos. A Goiandira tem o vencimento em dezembro de 2032 e a Nova Aurora em abril de 2034.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de apresentação
As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira
As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente
As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

São apurados com base no lucro presumido mediante aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda de 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

2.5. Imposto sobre vendas
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar foram apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Instrumentos financeiros
a) Ativos financeiros
Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis ou investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros
Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros
A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos
- Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos a contar da data da contratação.

2.8. Contas a receber de clientes e outros
Representam direitos oriundos do fornecimento de energia elétrica, ao contrato de prestação de serviços e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9. Títulos e valores mobiliários
São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10. Empréstimos, financiamentos
As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.11. Taxas Regulatamentares
a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.12. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPB 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

2.13. Provisões
A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações cíveis e trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.14. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.15. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa
São demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.17. Novos Pronunciamentos Contábeis
2.17.1. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012
Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: ICPB 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1) / IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1) / IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2) / IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.17.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB
Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board - IASB* emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	46	32
Aplicações financeiras de liquidez imediatas: Fundos de investimento	6.332	3.695
	6.378	3.727

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

4 Contas a receber de clientes e demais contas a receber

	31/12/12	31/12/11
Títulos a receber	4.028	3.915
Total	4.028	3.915
Circulante	4.028	3.915

5 Impostos e contribuições a recuperar

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	62	54
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	23	16
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	692
Programa de Integração Social - PIS	(c)	11	6
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	44	27
		140	795
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	-	1.248
		-	1.248
Total		140	2.043

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar.

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/12	31/12/11
RECEITA LÍQUIDA	13	33.727	30.245
CUSTOS DOS SERVIÇOS	14	(12.901)	(13.850)
LUCRO BRUTO	-	20.826	16.395
Despesas gerais e administrativas	14	(771)	(384)
LUCRO OPERACIONAL		20.055	16.011
Receitas financeiras	15	841	874
Despesas financeiras	15	(9.098)	(10.148)

		11.798	6.737
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		11.798	6.737
Imposto de renda e contribuição social		(1.343)	(1.237)
Corrente		(1.343)	(1.237



→ **Continuação**

O financiamento com o BNDES foi adquirido em 30 de novembro de 2007 para a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas Goiandira e Nova Aurora e será amortizado em 168 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de abril de 2010 até 15 de março de 2024. A remuneração é baseada na TJLP mais *spread* de 2,27% a.a. Os juros durante a carência foram capitalizados, incorporando-se ao principal da dívida e será exigido junto com o mesmo.

Os saldos apresentados em garantias depósitos vinculados referem-se aplicações financeiras, requeridas em contrato de empréstimos, com a finalidade de garantia real. Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/12	31/12/11
2013	-	9.703
2014	9.703	9.703
2015	9.703	9.703
2016	9.703	9.703
2017	9.703	9.703
Após 2017	60.645	60.644
Total garantias	99.457	109.159
(-) Garantias de depósitos vinculados	(4.956)	(4.759)
Total	94.501	104.400

Mutações de empréstimos e financiamentos

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	10.125	104.400	114.525
Encargos	8.976	-	8.976
Transferências	9.702	(9.702)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(18.781)	-	(18.781)
(-) Garantias depósitos vinculados	-	(197)	(197)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	10.022	94.501	104.523

Condições restritivas financeiras (covenants)
O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:
BNDES FINEM - Endividamento Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2.
Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente. Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/ fiança da Neoenergia.

14 Custos e despesas operacionais

	31/12/12		31/12/11	
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material	(174)	-	(174)	(48)
Serviços de terceiros	(3.479)	(722)	(4.201)	(3.582)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(132)	-	(132)	(59)
Energia elétrica comprada para revenda	(490)	-	(490)	(2.529)
Encargos de uso de rede	(801)	-	(801)	(765)
Depreciação e amortização	(7.478)	(10)	(7.488)	(7.009)
Arrendamentos e alugueis	(50)	(11)	(61)	(29)
Tributos	(26)	(3)	(29)	(1)
Outros	(271)	(25)	(296)	(212)
Total custos/despesas	(12.901)	(771)	(13.672)	(14.234)

15 Resultado financeiro

	31/12/12	31/12/11
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	841	869
Outras receitas financeiras	-	5
Subtotal	841	874
Despesa financeira		
Encargos de dívida	(9.011)	(10.079)
Outras despesas financeiras	(87)	(69)
Subtotal	(9.098)	(10.148)
Total	(8.257)	(9.274)

16 Saldos e transações com partes relacionadas

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(a)	Energia fornecida	252	-	2.162	244	-	1.966
			252	-	2.162	244	-	1.966
CELPE	(a)	Energia fornecida	191	-	1.509	182	-	1.374
		Debêntures - Aplicação / Emissão	21	-	-	-	-	-
			212	-	1.509	182	-	1.374
COESERN	(a)	Energia fornecida	112	-	864	107	-	788
		Debêntures - Aplicação / Emissão	3	-	-	-	-	-
			115	-	864	107	-	788
ITAPEBI		Debêntures - Aplicação / Emissão	34	-	-	-	-	-
	(b)	Outros	-	2.127	-	2.127	-	-
			34	2.127	-	2.127	-	-
NC ENERGIA	(c)	Energia fornecida	-	-	-	241	-	241
	(c)	Energia comprada	-	-	-	-	(224)	(224)
			-	-	-	241	-	17
NEOENERGIA			-	167	(2.000)	-	2.075	(2.520)
SERVIÇOS	(d)	Prestação de serviço	-	167	(2.000)	-	2.075	(2.520)
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	1.890	-	-	-	-
		Outros	-	-	-	750	-	750
			-	1.890	-	750	-	-

a) Contratos de venda de energia elétrica, corrigido anualmente pela variação do IGP-M.
b) Itapebi - Reembolso de despesas de pessoal alocados na Termopoe pagas pela folha de pagamento da Itapebi.
c) NC Energia - Contrato de compra e venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGP-M.
d) Acordo de Serviços de Operação e Manutenção - "O&M", com reajuste anual com base na variação do IGP-M

17 Gestão de risco financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas
A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social
A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os anos de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata;
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

Contingências Cíveis	Ref.	atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	31/12/12		31/12/11	
						31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Desapropriação de terras	(a)	7.766	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.766	-	-	-	-
Ação de Cobrança	(b)	4.247	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-	-	-
Procedimento arbitral	(c)	35.414	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-	-	-
Total		47.427			7.766	-	-	-	-

(a) Ações de desapropriação por utilidade pública, destinada a formação do reservatório das PCHs Goiandira e Nova Aurora.
(b) Ação de cobrança por meio da qual pleiteia o recebimento de valores supostamente devidos pela Goiás Sul, CECIII e Neoenergia em razão da prestação de serviços nos Empreendimentos de Nova Aurora e Goiandira, bem como o empreendimento UHE Corumbá III.
(c) Procedimento arbitral que pleiteia a declaração de relação jurídica entre as partes caracterizadora do adimplemento dos contratos EPC, subsidiariamente, do adimplemento substancial do contrato no tocante aos escopos de engenharia civil e projeto; o reconhecimento da ausência do direito de resolução dos contratos EPC pela Goiás Sul sob o motivo de inadimplemento das requerentes; e a condenação da Goiás Sul ao pagamento de indenização a fim de restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

18 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela companhia está demonstrado a seguir (nesta nota valores apresentados em Reais - R\$):

Riscos	Data da vigência	Consolidado		Prêmio (R\$)
		Importância	Prêmio (R\$)	
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	8/10/12	176.405.278	187.761	
Responsabilidade Civil Geral - Operações Veículos	8/10/12	30.000.000	13.791	
	8/10/12	Tabela FIPE	1.766	

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados - imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos.

Responsabilidade civil geral - cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização - LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral é de R\$ 30.000.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento. O limite máximo de indenização - LMI contratado faz parte de uma apólice de seguro coletiva para todas as pequenas centrais hidrelétricas do grupo Neoenergia.

Veículos - coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo.

19 Receita líquida

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Fornecimento de energia	(a)	32.985	30.811
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		2.019	582
Total receita bruta		35.004	31.393
(-) Deduções da receita bruta	(b)	(1.277)	(1.148)
Total receita operacional líquida		33.727	30.245

(a) Fornecimento de energia

	nº de consumidores faturados		MWh		R\$ mil	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Consumidores:						
Suprimento	31	32	245.952	263.734	32.985	30.811
	31	32	245.952	263.734	32.985	30.811
Total	31	32	245.952	263.734	32.985	30.811

(b) Deduções da receita bruta

	31/12/12	31/12/11
IMPOSTOS:		
PIS	(227)	(205)
COFINS	(1.050)	(943)
Total	(1.277)	(1.148)

MEMBRAS DA ADMINISTRAÇÃO	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Marco Geovanne Tobias da Silva Presidente	
Mario José Ruiz-Tagle Larrain Vice-Presidente	
Titulares Jose Maurício Pereira Coelho Solange Maria Pinto Ribeiro	
Suplentes Jorge Luiz Pacheco Eduardo Capelastegui Saiz André Luis Dantas Furtado Lara Cristina Ribeiro Piau Marques	

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Goias Sul Geração de Energia S.A.** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente

André Luis Dantas Furtado (Suplente)
Solange Maria Pinto Ribeiro
Mario Jose Ruiz-Tagle Larrain (Suplente)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiás Sul Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 7 de fevereiro de 2012, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/0-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MGO70614/0-5 "S" RJ

14 Custos e despesas operacionais

	31/12/12		31/12/11	
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material	(174)	-	(174)	(48)
Serviços de terceiros	(3.479)	(722)	(4.201)	(3.582)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(132)	-	(132)	(59)
Energia elétrica comprada para revenda	(490)	-	(490)	(2.529)
Encargos de uso de rede	(801)	-	(801)	(765)
Depreciação e amortização	(7.478)	(10)	(7.488)	(7.009)
Arrendamentos e alugueis	(50)	(11)	(61)	(29)
Tributos	(26)	(3)	(29)	(1)
Outros	(271)	(25)	(296)	(212)
Total custos/despesas	(12.901)	(771)	(13.672)	(14.234)

15 Resultado financeiro

	31/12/12	31/12/11
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	841	869
Outras receitas financeiras	-	5
Subtotal	841	874
Despesa financeira		
Encargos de dívida	(9.011)	(10.079)
Outras despesas financeiras	(87)	(69)
Subtotal	(9.098)	(10.148)
Total	(8.257)	(9.274)

16 Saldos e transações com partes relacionadas

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(a)	Energia fornecida	252	-	2.162	244	-	1.966
			252	-	2.162	244	-	1.966
CELPE	(a)	Energia fornecida	191	-	1.509	182	-	1.374
		Debêntures - Aplicação / Emissão	21	-	-	-	-	-
			212	-	1.509	182	-	1.374
COESERN	(a)	Energia fornecida	112	-	864	107	-	788
		Debêntures - Aplicação / Emissão	3	-	-	-	-	-
			115	-	864	107	-	788
ITAPEBI		Debêntures - Aplicação / Emissão	34	-	-	-	-	-
	(b)	Outros	-	2.127	-	2.127	-	-
			34	2.127	-	2.127	-	-
NC ENERGIA	(c)	Energia fornecida	-	-	-	241	-	241
	(c)	Energia comprada	-	-	-	-	(224)	(224)
			-	-	-	241	-	17
NEOENERGIA			-	167	(2.000)	-	2.075	(2.520)
SERVIÇOS	(d)	Prestação de serviço	-	167	(2.000)	-	2.075	(2.520)
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	1.890	-	-	-	-
		Outros	-	-	-	750	-	750
			-	1.890	-	750	-	-